

Ata da Décima Nona Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dois de setembro de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Gustavo Gothardo para proferir o seguinte texto: Livro do Profeta Isaías – Capítulo 53, versículos 1 a 9: “Quem acreditou em nossa mensagem? Para quem foi mostrado o braço do Senhor? Ele cresceu como broto na presença do Senhor, como raiz em terra seca. Ele não tinha aparência nem beleza para atrair o nosso olhar, nem simpatia para que pudéssemos apreciá-lo. Desprezado e rejeitado pelos homens, homem do sofrimento e experimentado na dor; como indivíduo de quem a gente esconde o rosto, ele era desprezado e nem tomamos conhecimento dele. Todavia, eram as nossas doenças que ele carregava, eram as nossas dores que ele levava em suas costas. E nós achávamos que ele era um homem castigado, um homem ferido por Deus e humilhado. Mas ele estava sendo transpassado por causa de nossas revoltas, esmagado por nossos crimes. Caiu sobre ele o castigo que nos deixaria quites; e por suas feridas é que veio a cura para nós. Todos nós estávamos perdidos como ovelhas, cada qual se desviava pelo seu próprio caminho, e o Senhor fez cair sobre ele os crimes de todos nós. Foi oprimido e humilhado, mas não abriu a boca; tal como cordeiro, ele foi levado para o matadouro; como ovelha muda diante do tosquiador, ele não abriu a boca. Foi preso, julgado injustamente; e quem se preocupou com a vida dele? Pois foi cortado da terra dos vivos e ferido de morte por causa da revolta do meu povo. A sepultura dele foi colocada junto com a dos ímpios, e seu túmulo junto com o dos ricos, embora nunca tivesse cometido injustiça e nunca a mentira estivesse em sua boca.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Rodrigo da Silva Blanco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao

Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. Em seguida, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Requerimentos, das Indicações e das Moções dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; a seguir, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 074/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 075/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2015; 3. Ofício DER nº 077/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013); 4. Ofício DER nº 078/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias 2014 (Lei Municipal nº 2.156/2013); 5. Ofício DER nº 079/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município 2014 (Lei Municipal nº 2.176/2013); 6. Ofício DER nº 080/2014, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito especial, depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Competentes para parecer; 7. Ofício SEGOV nº 0485/2014, acusando recebimento do Requerimento nº 149/2014, do Sr. Rodrigo da Silva Blanco, solicitando informar se recebeu da Empresa EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos S/A, a descrição do itinerário proposto no Requerimento nº 113/14, para que os ônibus que fazem a linha Campinas/Jaguariúna pudessem entrar no bairro Roseira de Cima, principalmente no período noturno, dentre outras questões; 8. Ofício SEGOV nº 0486/2014, acusando recebimento do Requerimento nº 150/2014, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informar quando será concluído o asfalto da estrada do Japonês, dando acesso ao Condomínio Jaguariúna II; 9. Ofício SEGOV nº 0487/2014, acusando recebimento do Requerimento nº 152/2014, do Sr. Gerson Antonio solicitando informar quando será realizada a manutenção

da calçada em torno do Centro de Lazer do Trabalhador – Azulão; 10. Ofício SEGOV nº 0488/2014, acusando recebimento do Requerimento nº153/2014, do Sr. Gerson Antonio solicitando informar quando a manutenção do alambrado existente na calçada da Rua Amazonas será realizada, em especial no trecho em frente ao Ginásio Azulão; 11. Ofício SEGOV nº 0490/2014, acusando recebimento do Requerimento nº154/2014, da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando informações referentes a legalização dos prédios históricos do Município, como patrimônio histórico; 12. Ofício SEGOV nº 0491/2014, acusando recebimento do Requerimento nº155/2014, do Sr. Gerson Antonio solicitando informar quando será colocada iluminação pública no trecho da SP-95, que dá acesso ao Bairro Florianópolis; 13. Ofício SEGOV nº 0492/2014, acusando recebimento do Requerimento nº156/2014, do Sr. David Hilário Neto solicitando informar sobre o vazamento da caixa d'água Municipal, no bairro Dr. João Aldo Nassif; 14. Ofício SEGOV nº 0493/2014, acusando recebimento do Requerimento nº157/2014, dos Srs. Gerson Antonio, Alexandre da Silva Santos e Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações das causas que motivaram o fechamento da UPA entre outras questões; 15. Ofício SEGOV nº 0494/2014, acusando recebimento do Requerimento nº158/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar se existe projeto para implantação de semáforo na rotatória do balão do Jardim Planalto e outro entre as Avenidas Marginal e Luciano Vlademir Poltronieri; 16. Ofício SEGOV nº 0495/2014, acusando recebimento do Requerimento nº159/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar quando será feita a iluminação na Estrada Judite dos Santos Pinto de acesso ao Condomínio Jaguariúna I e II; 17. Ofício SEGOV nº 0496/2014, acusando recebimento do Requerimento nº161/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar se existe projeto para estender a Estrada “Ladeira Antonio Zanchetta”, até encontrar com a antiga Estrada do Japonês, atual Estrada Judite dos Santos Pinto; 18. Ofício SEGOV nº 0497/2014, acusando recebimento do Requerimento nº162/2014, dos Srs. Gerson Antonio, Alexandre da Silva Santos, Rodrigo da Silva Blanco e Ângelo Roberto Torres solicitando informar porque o horário de atendimento da UBS 12 de Setembro foi reduzido; 19. Ofício SEGOV nº 0498/2014, acusando recebimento do Requerimento nº163/2014, dos Srs. Gerson Antonio, Alexandre da Silva Santos e Rodrigo da Silva Blanco solicitando informações e providência, com relação à empresa que realizou a construção do prédio da UPA e seu fechamento; 20. Ofício SEGOV nº 0499/2014, acusando recebimento das Indicações nºs.: 178 e 179/2014 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 180/2014 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 181, 182 e 183/2014 do Sr. Gerson

Antonio; 184, 185 e 186/2014 do Sr. Rodrigo da Silva Blanco; 187 e 188/2014 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 189/2014 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco; 190 e 191/2014 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 192/2014 do Sr. William de Souza Silva; 21. Ofício SEGOV nº 0500/2014, dando resposta ao Requerimento nº240/2013, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações de como se encontram as obras da rede de esgoto no bairro Terras da Capela de S. Antonio e quando será finalizada a ligação de esgoto com as residências; 22. Ofício SEGOV nº 0501/2014, dando resposta ao Requerimento nº256/2013, do Sr. Adilson José Abracez solicitando informar sobre a possibilidade de criação de um espaço no centro da Praça das Andorinhas, entre as ruas Cândido Bueno e Alfredo Bueno que se denominaria “Cantinho do Vô Joaquim Alface”, em homenagem a este senhor que doou aquela área à municipalidade; 23. Ofício SEGOV nº 0502/2014, dando resposta ao Requerimento nº 246/2013, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar quando será feita a iluminação da rua Osvaldo Vicentini até a rua Alexandre Marion, no bairro S. José; 24; Ofício SEGOV nº 0507/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº167/2014, do Sr. Gerson Antonio solicitando informar se houve algum reajuste na tarifa de água; se afirmativo, qual porcentagem, se o motivo foi pela estiagem e quantos aumentos aconteceram de janeiro de 2013 a agosto de 2014; 25. Ofício SEGOV nº 0508/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº170/2014, do Sr. William de Souza Silva solicitando informar sobre a utilização de EPIs – Equipamentos de Proteção Individuais pelos servidores públicos municipais; 26. Ofício SEGOV nº 0509/2014, acusando o recebimento das Indicações nºs: 193/2014 do Sr. Ângelo Roberto Torres; 194 e 195/2014 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 196/2014 do Sr. Luiz Gustavo Gothardo; 197 e 198/2014 do Sr. Luiz Carlos de Campos; 199/2014 do Sr. William de Souza Silva; 200/2014 do Sr. Gerson Antonio; 27. Ofício SEGOV nº 0512/2014, dando resposta ao Requerimento nº172/2013, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre a existência de projeto para solucionar o problema do tráfego de caminhões no Bairro Roseira de Cima; 28. Ofício SEGOV nº 0514/2014, dando resposta ao Requerimento nº238/2013, do Sr. Adilson José Abracez solicitando informações sobre a Indicação nº 159/2013, referente à modernização e a uniformização de todo mobiliário urbano (abrigo de ônibus) da cidade; 29. Ofício SEGOV nº 0515/2014, dando resposta ao Requerimento nº 262/2013, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre a possibilidade de criar alternativas nas férias, feriados e pontos facultativos para o funcionamento das Creches Municipais e as particulares mantidas pela Prefeitura; 30. Ofício

SEGOV nº 0516/2014, dando resposta ao Requerimento nº 275/2013, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre questionamentos que especifica feitos pelas servidoras ocupantes dos cargos de Agentes Operacionais e Cozinheiras sobre insalubridade, jornada de trabalho, entre outras; 31. Ofício SEGOV nº 0517/2014, dando resposta ao Requerimento nº 280/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações se está regularizado o AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros do Estádio Municipal Alfredo Chiavegato; 32. Ofício SEGOV nº 0518/2014, dando resposta ao Requerimento nº 284/2013, do Sr. Gerson Antonio solicitando informações de quando será instalada a iluminação no trecho da rua Osvaldo Vicentini à Av. Alexandre Marion, que liga os bairros Sylvio Rinaldi e São José; 33. Ofício SEGOV nº 0519/2014, dando resposta ao Requerimento nº 314/2013, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações do motivo do fechamento do PEC e porque não manter as crianças de 4 a 6 anos em período integral nas creches; 34. Ofício SEGOV nº 0520/2014, dando resposta ao Requerimento nº 231/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações e cópia de documentos sobre dívida deixada pela Gestão passada; 35. Ofício SEGOV nº 0522/2014, dando resposta ao Requerimento nº 022/2014, do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando informações sobre quando será executada a instalação da iluminação pública da rua Osvaldo Vicentini, localizada entre a Avenida Alexandre Marion, no bairro São José e o bairro Sylvio Rinaldi; 36. Ofício SEGOV nº 0523/2014, dando resposta ao Requerimento nº 058/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações se há previsão para a limpeza do mato em todo o Bairro Roseira de Cima; 37. Ofício SEGOV nº 0524/2014, dando resposta ao Requerimento nº103/2014, do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações se há estudo ou implantação do Projeto “Infovias” – Internet de graça no Município, conforme solicitado na Indicação nº 163/2013; 38. Ofício SEGOV nº 0525/2014, dando resposta ao Requerimento nº106/2014, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações sobre atendimento da Indicação nº 658/2013 sobre melhorias na quadra poliesportiva da Praça Parisi, no bairro Capotuna, entre outra questão; 39. Ofício SEGOV nº 528/2014, acusando recebimento do Requerimento nº171/2014, do Sr. Luiz Carlos de Campos e Outros solicitando informar quantos pacientes de Jaguariúna estão aguardando para a realização de cirurgia de joelho, quadril e ombro pela rede pública de saúde? Em quais hospitais eles são atendidos para estas cirurgias? Qual é o tempo médio de espera para que se realizem? Há algum plano da Secretaria Municipal de Saúde para diminuir ou acabar com a fila de espera; 40. Ofício

SEGOV nº 0529/2014, acusando o recebimento do Requerimento nº172/2014, da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Outros solicitando informações se Município através de seus Programas Projetos e serviços em diversas áreas e através de suas secretarias municipais está respeitando o Plano Nacional da pessoa com Deficiência – Viver sem Limite? De que forma o Plano está sendo aplicado em cada área; 41. Ofício SEGOV nº 0530/2014, dando resposta ao Requerimento nº111/2014, do Sr. William de Souza Silva solicitando informações a respeito do entulho, lixo acumulado e da fumaça preta na Secretaria de Obras, que vem causando transtorno e prejudicando a população dos bairros ao redor; 42. Ofício SEGOV nº 0532/2014, dando resposta ao Requerimento nº167/2014, do Sr. Gerson Antonio solicitando informar se houve algum reajuste na tarifa de água; se afirmativo, qual porcentagem, se o motivo foi pela estiagem e quantos aumentos aconteceram de janeiro de 2013 a agosto de 2014; 43. Ofício SEGOV nº 0537/2014, acusando o recebimento das Indicações nºs: 201, 202, 203 e 204/2014 do Sr. Romilson Nascimento Silva; 205/2014 do Sr. William de Souza Silva. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentadas as seguintes proposituras, lendo-se apenas as ementas: Requerimentos: 1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó, solicitando à Renovias Concessionária S/A aumentar a faixa de desaceleração na altura do Km 130, da Rod Gov. Ademar Pereira de Barros, sentido Mogi Mirim-Campinas, acesso à Av. Guido Mário Tozzi (Estrada Municipal JGR-171), bairro Tanquinho, no Município de Jaguariúna; 2. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações do gasto estimado para a criação de uma UBS no bairro Nova Jaguariúna, e solicita estudo detalhado a respeito; 3. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações, através de planilha atualizada, dos gastos da Secretaria de Assistência Social, sobre o quanto recebe e o quanto repassa aos municípios; 4. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações da existência de projeto para a implantação de asfalto nos bairros Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, e na continuação do bairro Floresta, e envio do projeto a esta Casa; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e ao representante legal do evento “Jaguariúna Rodeo Festival” informações sobre referido evento (recolhimento de ISS, empresas que prestaram e prestarão serviço ao evento, investimentos da Prefeitura no evento, agendamento de reunião); 6. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando à CPFL Jaguari informações de quando será feita a extensão da rede de energia elétrica para atender aos moradores do Sítio Estrela, Bairro Vargeão; 7. Do Sr. Ângelo

Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo do não atendimento de um médico ginecologista no Posto de Saúde do Bairro Florianópolis; 8. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. acréscimo de mais um horário nas linhas de ônibus da Vila S. José e Bairro Vargeão e, que os ônibus do não acontecimento do Campeonato de Futebol de Salão de 2014 no Município. Indicações: 1. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal a construção de uma lombada de redução de velocidade na rua José Alves Guedes, na altura do número 306 da Praça Santa Maria, próximo à esquina com Avenida Tiradentes; 2. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal a pintura/sinalização urgente das lombadas do bairro Tanquinho; 3. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal substituição das lâmpadas queimadas das ruas do Bairro Colinas do Castelo; 4. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal a criação de uma rota alternativa, para desviar o tráfego de caminhões na rua Amoreira, no bairro Roseira de Cima; 5. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos e manutenção com a máquina Patrol, na Estrada da Guayçara e Takemassa, no bairro Tanquinho Velho. Moções: 1. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane de Pesar pelo passamento do Sr. Eurides Pereira dos Santos ocorrido em 17 de agosto corrente, aos 75 anos de idade, nesta cidade; 2. Do Sr. Adilson José Abracez de congratulações e louvor aos Policiais Militares pelas homenagens recebidas no dia 21 de agosto de 2014, por demonstrarem comprometimento, dedicação, honrando e dignificando o compromisso para defender a sociedade; 3. Dos Srs. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo de congratulações e louvor aos Atletas da Equipe de Mountain Bike, pela participação e conquista do 1º lugar na categoria solo, 2º e 3º lugares respectivamente, nas categorias 9 e 8, realizado em Cotia/SP; 4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações e louvor à Secretaria de Defesa Social pelo belíssimo trabalho que vem sendo desenvolvido no Município pelo Corpo de Bombeiros Civil, vinculado à Defesa Civil; 5. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor à APAE de Jaguariúna pela realização do 8º Festival de Integração, Esporte e Lazer, no Ginásio “Caio Pompeu de Toledo” – Azulão. A seguir foi lido, na íntegra, o Relatório Final da CPI instituída pela Portaria nº 039/2013 – para apurar as possíveis irregularidades na construção das piscinas aquecidas no Parque Serra Dourada, do Relator Romilson Nascimento Silva. (Requerimento nº 301/2013). Em seguida, foram

lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001756/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 9.306,60. 2. CT R*RS01-0796/2014 dando resposta ao Requerimento nº 165/2014 do Sr. William de Souza Silva solicitando instalação de um orelhão na estrada Judite dos Santos Pinto, próximo ao conjunto Habitacional Jaguariúna I e II. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Luiz Carlos de Campos – Bozó, solicitando à Renovias Concessionária S/A aumentar a faixa de desaceleração na altura do Km 130, da Rod Gov. Ademar Pereira de Barros, sentido Mogi Mirim-Campinas, acesso à Av. Guido Mário Tozzi (Estrada Municipal JGR-171), bairro Tanquinho, no Município de Jaguariúna, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2 . Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações do gasto estimado para a criação de uma UBS no bairro Nova Jaguariúna, e solicita estudo detalhado a respeito, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações, através de planilha atualizada, dos gastos da Secretaria de Assistência Social, sobre o quanto recebe e o quanto repassa aos munícipes, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações da existência de projeto para a implantação de asfalto nos bairros Santo Antonio do Jardim e Bom Jardim, e na continuação do bairro Floresta, e envio do projeto a esta Casa, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal e ao representante legal do evento “Jaguariúna Rodeo Festival” informações sobre referido evento (recolhimento de ISS, empresas que prestaram e prestarão serviço ao evento, investimentos da Prefeitura no evento, agendamento de reunião), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando à CPFL Jaguari informações de quando será feita a extensão da rede de energia elétrica para atender aos moradores do Sítio Estrela, Bairro Vargeão, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo do não atendimento de um médico ginecologista no Posto de Saúde do Bairro Florianópolis, em votação, foi o

mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. acréscimo de mais um horário nas linhas de ônibus da Vila S. José e Bairro Vargeão e, que os ônibus possam descer até o ponto final do Recanto Camanducaia, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo do não acontecimento do Campeonato de Futebol de Salão de 2014 no Município; 10. Do Sr. William de Souza Silva – Zidane de Pesar pelo passamento do Sr. Eurides Pereira dos Santos ocorrido em 17 de agosto corrente, aos 75 anos de idade, nesta cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr. Adilson José Abracez de congratulações e louvor aos Policiais Militares pelas homenagens recebidas no dia 21 de agosto de 2014, por demonstrarem comprometimento, dedicação, honrando e dignificando o compromisso para defender a sociedade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção dos Srs. Adilson José Abracez e Luiz Gustavo Gothardo de congratulações e louvor aos Atletas da Equipe de Mountain Bike, pela participação e conquista do 1º lugar na categoria solo, 2º e 3º lugares respectivamente, nas categorias 9 e 8, realizado em Cotia/SP, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 13. Moção do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações e louvor à Secretaria de Defesa Social pelo belíssimo trabalho que vem sendo desenvolvido no Município pelo Corpo de Bombeiros Civil, vinculado à Defesa Civil, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 14. Moção dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor à APAE de Jaguariúna pela realização do 8º Festival de Integração, Esporte e Lazer, no Ginásio “Caio Pompeu de Toledo” – Azulão, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por um minuto e meio, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo, que a passou; tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Site Bergamasco, que cumprimentou a todos e disse que, primeiro, ela queria parabenizar a equipe toda que tinha participado da CPI, do relatório e ela teve a oportunidade de participar de algumas audiências, e ela só gostaria de deixar algumas ressalvas, porque ela achava que todas as partes deveriam ter sido ouvidas e ela não viu solicitarem ou requererem a Caixa Econômica Federal, onde a verba era da Caixa Federal; disse que a Caixa Federal teve uma participação direta na

fiscalização da obra e não foi solicitada a Caixa que fizesse um parecer e nem foi ouvida a Caixa Econômica Federal; ela só fazia aquela ressalva em relação à questão da CPI, porque ela achava que todas as partes deveriam ter sido ouvidas, inclusive ela achava que a Caixa tinha sido fiscalizadora da obra; agradeceu a todos; em seguida, fazia uso da palavra o senhor Romilson Nascimento Silva que a passou; fez uso da palavra o senhor William de Souza Silva, que depois de cumprimentar a todos, disse que ele gostaria de agradecer o trabalho de todos os Vereadores no curso da investigação daquela CPI e fazer uma extensão da colocação da nobre Colega Vereadora que o antecedeu, a Vereadora Rita Bergamasco, dizendo que tiveram lá vários percalços, várias ações, vários empenhos no decorrer daquela investigação; ele achou que foi uma experiência muito bacana, tiveram resultados produtivos, ouviram algumas pessoas que foram importantes, esclareceram vários assuntos, várias questões que estavam obscuras e chegaram a um determinado consenso; parabenizou ao Relator, aos Vereadores, ao Presidente, Vereador Davi, Vereador Adilson e os demais Vereadores, o Xanddy, que tiveram lá presentes na Comissão, mas, também, ele deixava lá a sua indignação por aquela questão da Caixa Econômica Federal, ele gostaria, também, que outras pessoas fossem ouvidas naquela CPI e ele gostaria que o relatório final da CPI fosse mais incisivo, ele achava que a população esperava mais deles no curso daquela investigação e na conclusão e na resposta; disse ao Senhor Presidente que, infelizmente, o tempo já tinha dado e ele iria ter de deixar para outro momento da fala; agradeceu a atenção de todos; a seguir, fez uso da palavra o senhor Adilson José Abracez que depois de cumprimentar a todos, agradeceu pela aprovação das moções e que estavam à disposição, também, para que todos assinassem; disse que aquela experiência que tiveram lá com a CPI das piscinas, ela tinha sido muito boa, produtiva, poderia não ter produzido tudo, porque eles tinham um espaço de tempo e tinha, também, as questões limitativas de logística, de chamar as pessoas; foram chamadas as pessoas, foram feitas e daí observavam lá de modo simples, primeiro um amadorismo de funcionários da Prefeitura em fazer um projeto fraco, projeto, um retrato de um projeto, segundo a relação entre Poder Público e a empresa, onde foi acontecendo todas aquelas delongas e aqueles alongamentos, pagamentos a mais e tudo, então, foi difícil e o que eles sabiam da Caixa Econômica, que ela fez, eles tinham nos autos, ela pediu fiscalização, ela pediu corpo de provas; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio e Luiz Carlos de Campos, que a passaram; fez uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos e

disse que ele só gostaria também de ressaltar o trabalho da CPI, agradecer o trabalho de todos e concluir, rapidamente, que o descaso com o dinheiro público lá foi muito grande, continuava sendo muito grande, porque estava aquela piscina desativada até a atualidade, se fossem lá era ruim para os olhos de qualquer um de ver aquilo e ele percebia que, infelizmente, a Administração Pública do momento, naquele momento não fez nada para que a obra desse um seguimento e voltasse a ser usufruída pela população; disse que, infelizmente, eles viram através dos depoimentos, primeiramente, a incapacidade da empresa, a empresa constituída há três meses, e ela não fez só a obra da piscina, fez várias obras no Município que ficaram paradas lá muito tempo; eles sabiam que houve, ele não sabia se tinha sido de uma forma ilícita de receber dinheiro público por parte daquela empresa, através de pessoas da administração anterior, porque todas as obras eram feitas pela VIASOL e ela não tinha capacidade para executar aquela obra e ele acreditava que, através daquele laudo que tinha sido enviado ao Ministério Público, o Ministério Público já com os fatos elucidados através do relatório pudesse, realmente, buscar as ações necessárias para colocar os responsáveis nos seus devidos lugares; disse que cabia a eles, Vereadores, realmente, solicitar uma ação de improbidade administrativa aos agentes políticos que eram pessoas como eles, e que eram incapazes de estarem lá exercendo um cargo que foi dado pela população; desejou boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspende a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Deixou de comparecer o Sr. Rodrigo da Silva Blanco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Romilson Nascimento Silva, Fábio Augusto Pina, Luiz Carlos de Campos e David Hilário Neto foi apresentado requerimento de urgência especial para que os projetos abaixo, fossem apreciados em única discussão, naquela sessão: 1. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências encaminhado através do Ofício DER nº 074/2014; 2. Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano

Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 077/2014; 3. Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias 2014 (Lei Municipal nº 2.156/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 078/2014 4. Projeto de Lei que dispõe inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município 2014 (Lei Municipal nº 2.176/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 079/2014; 5. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito especial, encaminhado pelo Ofício DER nº 080/2014; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências encaminhado através do Ofício DER nº 074/2014, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 049/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Luiz Gustavo Gothardo como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 077/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 051/2014, do Executivo que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal nº 2.173/2013) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão, o Sr. Presidente explicou que aquele projeto era só para acrescentar no PPA o valor de duzentos e cinquenta e oito mil reais, referente a este convênio com a AGEMCAMP, através de monitoramento e aquisição de licença de software para vídeo monitoramento; disse que já estava sendo feito um convênio e um serviço por parte dos municípios da Região Metropolitana, e que isso vinha só para acrescentar um valor maior para

dar prosseguimento ao projeto, e que esse primeiro era a inclusão no PPA. A seguir, em votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Romilson Nascimento Silva como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias 2014(Lei Municipal nº 2.156/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 078/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 052/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias 2014(Lei Municipal nº 2.156/2013). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão, o Sr. Presidente disse que aquele projeto de lei se referia à inclusão na LDO, desse recurso recebido pela AGEMCAMP no valor de duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais. A seguir, em votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Ângelo Roberto Torres como relator especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município 2014 (Lei Municipal nº 2.176/2013), encaminhado através do Ofício DER nº 079/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 053/2014, do Executivo Municipal, que dispõe inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município 2014 (Lei Municipal nº 2.176/2013), (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco como relatorA especial para exarar parecer ao Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito especial, encaminhado pelo Ofício DER nº 080/2014, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura da parecer do Relatora Especial designada; a seguir, em Única Discussão, foi apreciado o Projeto de Lei nº 054/2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito especial(Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se

manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo aos nobres Colegas Vereadores, ao público presente, que agradecia a todas as aprovações dos requerimentos, das indicações e todos os trabalhos realizados naquela sessão; disse, ainda, aos senhores Vereadores que ele ia deixar ali duas indignações: primeiro, gostaria de falar aos presentes, que a questão da CPI, iria comentar na próxima sessão, e que gostaria de deixar duas indignações, dois protestos, relacionados, principalmente, uma na questão da Saúde e a outra na questão do Rodeio; disse, aos Srs. Vereadores, que na questão da Saúde, o sono, a lentidão da Prefeitura, da Secretaria de Saúde, do Hospital Municipal, não podia ter seguimento e ser aceito pela Casa; disse que fizeram, aprovaram o requerimento, pedindo a convocação, apresentação, e a informação dos senhores responsáveis pela saúde pública do Município, e até aquele momento não tiveram respostas; disse que votaram ali abertura de crédito especial vários projetos em regime especial, e assim sempre faziam quando aportavam na Casa em regime de urgência, e as solicitações deles acabavam não tendo a mesma urgência que tinham ali na Câmara; disse que recebiam, diariamente, na rua as reclamações da população, a população os tachava como ouvido deles, reivindicavam muitas ações da Prefeitura, e eles não podiam fazer cair e deixar que a Casa perdesse a nomenclatura de Casa do Povo; disse que tinham que ter energia, independente de sigla partidária e tinham que ter mais energia e ação para cobrar respostas mais rápidas da Prefeitura; disse que a questão do hospital era um problema grave, tinham aí funcionários da Prefeitura prestes a serem agredidos pela falta de medicamentos, e tinham aí uma resposta que precisariam dar à sociedade, uma resposta direta, uma resposta efetiva e um cronograma lógico e preciso se ia voltar ou não, a questão do UPA, ou que data iria voltar; disse que não podiam ser questionados pela população até futuros candidatos ou pessoas que faziam parte do processo político e usavam as siglas partidárias para interesses pessoais, que eles estavam sendo coniventes com a questão da Saúde; sabiam das dificuldades, sabiam da necessidade que foi apresentada, e que tinham que ter ali um espaço na Casa para eles poderem discutir da melhor forma possível e levar a resposta para a sociedade; disse que a importância do Sr. Prefeito vir na Casa, da Sra. Secretária de Saúde, e dos membros do Hospital, não foi para denegrir a imagem de ninguém e acusar e pedir a cabeça de pessoas públicas, e sim fazer uso do processo legislativo e levar para a sociedade que a Câmara estava preocupada com o processo político e que não participavam apenas de reuniões reservadas ou reuniões com

determinados grupos políticos, ou às vezes até mesmo pela questão de agenda pessoal, alguns Vereadores não podiam comparecer nessas reuniões; pediu aos Colegas esse apoio em conjunto, para que eles pudessem discutir essa questão, que era a questão da Saúde Pública, e tentar, inclusive, auxiliar o Executivo nessa problemática que tinham da Saúde, teriam eleições, e que eles pudessem unidos com todos os partidos da Câmara, cobrarem dos senadores, deputados, governadores, e presidente que iriam ser eleitos, e cada um que defendia sua sigla partidária, e que eles pudessem colaborar com o Município de Jaguariúna nesta questão da Saúde; pediu ao Sr. Presidente empenho que eles pudessem o mais breve possível tal reunião na Casa que foi aprovado através do requerimento; disse que essa era uma das suas solicitações; disse que na questão do Rodeio, fez tal requerimento, conforme era público e notório os Colegas colaboraram com ele na aprovação do requerimento, que ele pediu a inclusão no calendário oficial, inclusive, do Dia do Boiadeiro, e que ele não era contra o Rodeio, mas fizeram aí uma aprovação para incluir no calendário a questão dos boiadeiros que tinham na Cidade que desenvolviam essa prática; disse que ele tentou equilibrar e sabiam desde a história do início deste grande evento, e hoje Jaguariúna era reconhecida no mundo afora pela prática de Rodeio, que o Município de Jaguariúna passava por dificuldades, inclusive na questão da Saúde, e dentro de sua atividade parlamentar ele quis pautar a questão da falta de medicação; disse que esse evento que sempre teve o apoio, o incentivo do Município, e hoje se tornou essa grande potência, gostaria que esses empresários viessem até a Câmara Municipal e contribuísse com essa questão que eles tinham, e que era questão de medicamentos; que apresentassem os lucros, que fosse verificada a questão do recolhimento de ISS, a prestação de serviços, que muitas das vezes o requerimento que ele fez, anteriormente ao evento passado, ainda não recebeu a resposta, e que não sabiam dentro da atividade deles, se havia a efetiva fiscalização, e falava de fiscalização que era uma forma procedimental e estava dentro da prerrogativa deles executar a fiscalização daqueles impostos que estavam sendo recolhidos no Município para serem convertidos em políticas públicas; disse aos Srs. Vereadores, e ao Sr. Presidente pediu o empenho nessa questão do evento, e que essa informação chegasse de uma forma limpa e transparente e que não tivesse nenhuma conotação negativa ao evento e aos organizadores, e sim que eles pudessem trazer esses empresários que eles pudessem contribuir no Município; disse que, por fim, gostaria ali de colocar a questão da moradia popular; disse ao Sr. Presidente que, lamentavelmente, aos nobres Colegas Vereadores, que ele tinha recebido três pessoas naquela semana, no início da

semana, contentes, que o nome havia saído no jornal, inclusive o jornal oficial do Município, que haviam sido chamadas para participarem do programa habitacional do Município, e que foi assim que eles se portaram à sua pessoa, e que essas pessoas, no meio da semana, estavam revoltadas porque tinham que dar trinta e cinco mil de entrada para adquirir a sua moradia e que ficou mais chateado, ainda, que pessoas bem intencionadas, e que dizia o termo “vagabundos” que tentaram fazer alusão ao seu nome à tal situação, confundiram uma situação que ele iniciou; disse que gostaria de ver a mesma energia daqueles que criticaram, que falaram que ele não tinha competência para fazer o levantamento de informações, e ele foi levantar o cadastro habitacional estava deficitário, e que ele recebeu dos órgãos oficiais, que o cadastro habitacional precisaria ser revisto, e essas pessoas não tinham a informação completa, que aquilo não se tratava de um programa cem por cento popular, e o cadastro habitacional foi fornecido àquela empresa que eles tinham que dar um valor de entrada, utilizar o fundo de garantia, e outras rendas e o que havia era um subsídio da Caixa Econômica Federal, através do Programa Federal “Minha Casa Minha Vida”; disse que gostaria de deixar claro à população que nada ele tinha a ver com esse programa e isso foi um anúncio que partiu por parte do Executivo e o seu objetivo, e o que ele vinha tentando fazer, em decorrência do mandato e contando com o apoio dos demais Vereadores e com a compreensão do Executivo, era tentar buscar junto do Governo do Estado, através do CDHU ou até mesmo através do Governo Federal, o programa “Minha Casa Minha Vida” e que eles pudessem trazer para o Município moradias populares, principalmente, para a maioria dessas pessoas que constavam na lista que não tinham mil reais para dar de entrada num programa habitacional; o Sr. Presidente comunicou que o tempo do Vereador havia se esgotado; o Vereador William de Souza Silva disse que, então, aquela era sua colocação relacionada à questão habitacional e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abruhez, dizendo que só para complementar porque eles tiveram poucos minutos, um minuto para falar, e como ele estava dizendo, a relação entre o Poder Executivo naquela época e a empresa, era uma relação promíscua, parecia até e deveria ser pelo que constava na CPI, uma coisa planejada, porque só uma empresa que tinha sido criada há três meses antes dos contratos e ganhar as licitações, empresa sem experiência nenhuma e ela foi pegando todas as obras lá mal executadas, todas as obras e, sim ficou claro para todos lá, ele não ia repetir o que foi no relatório, então aquela relação promíscua era uma maneira de desviar dinheiro público e ele esperava, esperavam todos lá, principalmente, os membros da Comissão,

que aquilo fosse o pontapé inicial para que uma ação do Ministério Público partisse daquela denúncia que a Câmara estava fazendo e corresse atrás de provas juntadas com as deles, provas policiais mesmo e que também verificassem lá se houve a conivência da Caixa Econômica, se aquilo falhou, não invalidou o projeto deles que tinha sido a CPI para demonstrar o que estava acontecendo; que houve licitude eles não tinham dúvidas, que houve uma relação promíscua, também, não tinham dúvida nenhuma, porque a piscina não funcionava, a piscina vazava, o dinheiro dobrou, praticamente, aumentaram mais de cinquenta por cento do valor da obra, enfiaram a obra em licitação já pronta, outras obras, equipamentos sumiram, ninguém tinha visto até aquele dia, então, ele esperava que naquele momento, com aquela denúncia feita pela CPI, aquilo na mão do Ministério Público e outras autoridades, que dessem continuidade e que também se tivessem alguma relação com a Caixa Econômica, que eles também não estavam protegendo não, ele achava que deveria ser, se aquela falha houve, mas que até aquele momento continuasse para a frente e lá eles tivessem todas as respostas que eles tiveram; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco, que depois de cumprimentar a todos, disse que ela só queria fazer uma ressalva em relação à completar um pouco o que o Zidane tinha falado em relação à questão de moradia, ela achava que algumas questões eles precisavam parar um pouquinho para poder entender o que estava acontecendo, e que a questão do “Minha Casa Minha Vida”, pelo próprio Governo Federal ele tinha três modalidades, de zero a mil e seiscentos, depois de três a seis e de seis a dez salários mínimos; a de zero a mil e seiscentos eles já sabiam que eram os apartamentos construídos na estrada do japonês, que eram os oitocentos apartamentos; a questão daquele empreendimento que estava sendo realizado pela Camargo Correa, a HM e que começaram a pipocar pela cidade, as imobiliárias começaram a vender ou a fazer simulações, aquilo, realmente, ela não conseguia entender porque falava programa “Minha Casa Minha Vida” e, automaticamente, condicionava o programa “Minha Casa Minha Vida” à pessoas que tinham uma renda mais baixa, não era daquela forma, deveria mas, não era, e o que acontecia era que tinham um cadastro habitacional de dois mil e nove, era o que tinha, atualmente, tinha uma Lei Municipal, lei número cento e quarenta e sete, de dois mil e nove, que dizia que qualquer programa da “Minha Casa Minha Vida”, até seis salários mínimos, tinha que antes do empreendedor lançar no mercado, ele precisava consultar o cadastro municipal de habitação, porque não poderiam subestimar que as pessoas que estavam no cadastro não tivessem condições de comprar; aquilo era uma coisa, e as

condições de compra ela fazia uma ressalva, porque, na verdade, eles faziam uma simulação aonde uma pessoa que tinha uma renda familiar de mil e seiscentos reais, o empreendimento ia custar cento e noventa mil, eles fizeram uma simulação, a pessoa tinha vinte e cinco mil reais de subsídio, a pessoa que ganhava ela tinha de dar de entrada setenta e sete mil reais, ela poderia dividir em vinte e quatro parcelas, se dividisse setenta e quatro por vinte e quatro ia ver quanto dava, então, uma pessoa que ganhava mil e seiscentos reais, ela não conseguia fazer e comprar um apartamento, se ela tivesse um fundo de garantia, ela poderia abater nas parcelas, mas as parcelas era em torno de quinhentos, seiscentos mil, se ela não tivesse mil e seiscentos era inviável, então, na verdade, alguém que ganhasse entre mil e seiscentos era inviável o programa; disse que, na verdade quem ganhava de mil e seiscentos até cinco e seiscentos, algumas pessoas que tinham fundo de garantia, ainda conseguia fazer uma simulação, na verdade eles sabiam que as três mil pessoas que foram chamadas, que tinha no cadastro habitacional, se eles conseguissem contemplar vinte pessoas era muito, porque o programa não ia atender, ia, realmente, vender para quem poderia comprar, não para quem precisaria morar, mas era o programa “Minha casa Minha Vida”, do Governo Federal que proporcionavam aquilo que queriam ir lá, fazer o financiamento e comprar o terreno e não tinha como eles impedirem aquilo, e ficava lá a sua crítica ao Governo Federal e ficava também um alerta de que o Município tinha uma demanda muito grande e que precisava se fazer sim, ela concordava com o Zidane, precisaria fazer um novo cadastramento, para saberem a real demanda do Município, porque, atualmente, o que tinham de referencia era a demanda de dois mil e nove, mas eles sabiam que se abrissem um cadastro novo atualmente, eles sabiam que não teriam menos do que seis mil pessoas participando do cadastro, então, ficava lá a ressalva dela com relação ao programa e à questão de que o Município deveria, sim, investir para pessoas que ganhavam até mil ou até três salários mínimos que era a demanda maior que tinham; a seguir fez uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que ele gostaria de agradecer os esclarecimentos da Rita com relação àquela situação da habitação, mas respondendo ao nobre Vereador Zidane que se a menção da crítica dele foi relacionado à pessoa dele, ele não ia nem levar aquilo mais adiante, ele achava que a Rita esclareceu, era uma lei de dois mil e nove e era obrigado a publicar as pessoas que estavam no cadastro municipal; disse que ele gostaria de falar com relação à CPI, tiveram lá aproximadamente cento e oitenta dias para a elaboração daquele relatório e ele poderia dizer que ao final dele foi exaustivo o trabalho em virtude dos prazos e, especialmente,

ele gostaria de agradecer ao Departamento Jurídico, em nome da Gisele, aos funcionários da Secretaria, em nome da Alzira, da Creusa, da Nice, enfim, de todo mundo que colaborou para a conclusão daquele trabalho; agradeceu à Rosângela que estava lá, também, e que participou das audiências públicas, e disse que o relatório tinha sido feito um trabalho, que a Comissão, através das suas conclusões, foi executando e com isso o Romilson, através daquilo que ele tinha, juntamente com o Executivo, pôde compilar através daquele relatório final, e aquele relatório final ele achava que estava bem fácil para saber onde estavam as falhas, quem tinha participado do processo, se as pessoas estavam sabendo daquilo que estava acontecendo, enfim, ele ouviu algumas reclamações no sentido de que as punições deveriam ser maiores, eles pensaram naquilo, ele achava que a Comissão, o sentido dela foi mais investigativo, eles apontaram quem estava certo, quem estava errado, quem tinha feito a coisa de maneira equivocada, deram os indícios e, realmente, cabia ao Ministério Público através de tudo aquilo que foi lá descrito, tomar uma atitude, então ele teve a oportunidade de ler aquele parecer várias vezes e ajudar na elaboração dele e ele percebia que o desencontro de informações, realmente, tinha sido muito grande, houve uma falta de zelo por parte do engenheiro responsável, que disse que não era o responsável em fiscalizar a obra, mas foi ele quem executou o projeto, enfim, de acompanhar, de dar o termo definitivo de recebimento daquela obra, e lá que estava o xis da questão: a obra foi recebida com falhas e falhas grandes, aquela obra foi recebida em dezenove, se ele não se enganava, de novembro de dois mil e doze, no final de um mandato de um governo que estava saindo, ele achava que aquilo foi dado, talvez, em virtude de não levar problemas para uma empresa que estava com a responsabilidade de, pelo menos, reformar aquela obra, porque se eles fossem lá, eles ficariam, realmente, entristecidos por tudo aquilo que eles estavam vendo, de um valor de quinhentos mil reais para duas piscinas, que se quisesse tinha condições de serem completadas com água, quem dera utilizá-las, porque se completassem com água vazava e a situação estava lá até aquele momento; disse que ele achava que aquela situação tinha sido muito debatida pela sociedade, ele achava que o Ministério Público estava ciente daquilo e ele acreditava que uma penalidade que tinha sido proposta lá era com relação aos agentes que lá tiveram à frente do processo licitatório, enfim, ele voltava a dizer da falta de responsabilidade da empresa, da falta de conhecimento em executar uma obra daquele sentido, e a empresa foi constituída em dois mil e dez, logo depois, três meses depois, ela teve a licitação vencida por ela mesma, ela não venceu só aquela, ela venceu do CRAS que ficou um tempão parado, da reforma do

gabinete que todos sabiam, que todo mundo falava que era o muro das lamentações, onde era o gabinete antigo, enfim, outras obras que ela fez e de má qualidade, achava que a reforma do postinho do centro, várias obras que tinham sido feitas por aquela empresa VIASOL que, sem sombra de dúvidas, ele teve a oportunidade de, na administração passada, acompanhar aquelas obras e ele sabia que tinha sido feito de forma ilícita, por parte de pessoas que, realmente, queriam usufruir do dinheiro público em benefício próprio, mas cabia, realmente, às pessoas que tinham a função de inquiri-las criminalmente, se elas fossem as responsáveis, ele achava que eles tinham feito o papel deles, e tinha a certeza de que foi produtivo, desgastante, porque não era fácil, na hora H, ele sabia que em virtude dos problemas pessoais do dia a dia de todo mundo, muita coisa ficou pendente, eles deveriam ter ouvido muito mais pessoas, ele dizia “eles”, porque ele falava em Câmara Municipal, porque ele não participava do processo, ele estava olhando de fora daquilo que ele pôde acompanhar, então, eles tinham de ter até um comprometimento maior da Comissão, até para poder esmiuçar ainda mais, mas ele achava que de tudo aquilo que eles fizeram foi a contento e ele sabia o quanto era desgastante uma CPI, principalmente , para a estrutura que tinha na Casa, então, ele gostaria mais uma vez de parabenizar a todos os Vereadores, através do David, Presidente, do Adilson, do Romilson, o Zidane, o Xanddy, os membros da Comissão que participaram das oitavas dos trabalhos e, mais uma vez, enfatizar os trabalhos da Secretaria, do Departamento Jurídico que brindou a todos com aquele relatório, e a partir de lá, eles iam encaminhar ao Ministério Público, ao Executivo para que tomassem as providências cabíveis, haja visto que os trabalhos foram concluídos, então ele gostaria de desejar a todos um muito obrigado por aquele trabalho feito e uma boa noite a todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia nove de setembro de dois mil e quatorze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Referente à Ata da 19ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de setembro de 2014.-

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário




Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

